

Relatório de Gestão

Ano 2013

INTRODUÇÃO

Enquadramento Legal

Compete ao Executivo Municipal apresentar, nos termos da alínea e) do n.º2 do artigo 64º da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro "POCAL" na sua redação atual, os **Documentos de Prestação de Contas do Município e o Relatório de Gestão**, referentes ao exercício económico de 2013, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados conforme estabelece a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001, que aprovou as Instruções n.º 1/2001, para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicadas no Diário da República, II Série, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º6/2013 – 2ª Secção.

Um dos documentos de prestação de contas obrigatório, referido nessa resolução, com o número (28) é o Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão tem uma finalidade complementar, e é elaborado, no sentido de disponibilizar um conjunto de elementos de carácter económico, financeiro, funcional e social, que ajudem a uma melhor interpretação da atividade desenvolvida pelo Município.

O Relatório de Gestão deverá ser elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL, considerando, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento efetuado, principais custos de funcionamento, custos e proveitos diversos;
- b) Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, evidenciando saldos de tesouraria e limites de endividamento;
- c) Uma síntese da evolução das dívidas de Curto prazo e de Médio e Longo prazo, da Autarquia;
- d) A proposta para aplicação dos Resultados.

Enquadramento Específico

Do ponto de vista financeiro o ano 2013 decorreu dentro das expectativas traçadas no início do ano no que respeita essencialmente, ao cumprimento de todas as obrigações a que estávamos sujeitos quer por força das Lei dos Compromissos quer decorrentes da imposição de novos limites definidos pela Lei do Orçamento de Estado para 2013.

Apesar de nos termos deparado ao longo do ano com alguns constrangimentos inesperados o que nos impossibilitou de ser mais ambiciosos no lançamento e execução de alguns investimentos, como por exemplo o Lar das Cinco Freguesias, a Escola da Mina de São Domingos ou a própria obra de recuperação da Ponte sobre o Rio Oeiras, que por motivos de ordem diversa tiveram de ser adiados, no cômputo geral podemos considerar que foi um ano positivo.

Enquanto muitas Autarquias viviam dias de grande aflição, em que cada dia era mais um desafio, numa encruzilhada quase sufocante onde o que mais importava era não entrar em incumprimento nos diversas limites a que estavam sujeitos, sendo que por um lado era necessário não deixar derrapar o endividamento líquido, por outro era necessário não aumentar, ou até mesmo diminuir, os pagamentos em atraso, era ainda necessário assumir novos compromissos mas os fundos disponíveis não aumentavam, o Município de Mértola, fruto da boa gestão financeira dos últimos anos, fazia essa travessia sem grandes sobressaltos e tinha ainda capacidade para lançar novos investimentos.

Um dos factos mais relevantes, que marcou o ano 2013, e que de certa forma inviabilizou a programação de mais alguns investimentos, deveu-se essencialmente às dificuldades demonstradas pelas Instituições financeiras na concessão de crédito. O Município de Mértola apesar de ter disponível, no rateio divulgado pela Direção Geral das Autarquias Locais, cerca de 1.000.000,00€ para a contratação de novos empréstimos, e que permitiria contemplar mais algum investimento, foi confrontada, quando consultou informalmente as diversas instituições de crédito, com uma total incapacidade por parte das instituições em conceder empréstimos, em condições minimamente aceitáveis.

Em conclusão, poderemos afirmar que o desempenho financeiro no ano 2013 seria diferente, para melhor, se fatores externos, não controláveis pelo Município, não se tivessem verificado. Sendo que, tudo o que dependia diretamente da atuação do Município foi assegurado na íntegra.

Síntese da Atividade Desenvolvida

No decurso do ano 2013 concluíram-se algumas obras importantes para o Concelho, como sejam o Parque Desportivo e de Lazer Municipal, Centro Polivalente em Corte do Pinto, Beneficiação do Campo de Jogos da Mina de São Domingos, a Requalificação do Miradouro e Zona de Estacionamento da envolvente do Cine Teatro Marques Duque, recuperação do Núcleo Museológico de Arte Sacra, os melhoramentos no Recinto das Feiras, a pavimentação de diversas Ruas em Mértola, a recuperação de arruamentos em betonilha, em diversas povoações, através de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, entre outros, tendo-se simultaneamente dado início a outros investimentos também muito importantes, como por exemplo, a obra de saneamento básico e arruamentos em Vale de Açor de Cima, a obra arruamentos em Moreanes e a pavimentação do caminho Moreanes / Guizo, bem como várias intervenções ao nível dos Núcleos Museológicos.

Em termos globais, os investimentos concretizados, por área de intervenção, totalizaram os seguintes valores, em euros:

Abastecimento de água	-	613.702,68€
Cultura	-	569.588,95€
Transportes e comunicações	-	510.145,02€
Saneamento básico	-	507.078,22€
Desporto, Recreio e Lazer	-	489.671,03€

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

O presente relatório tem como objetivo analisar e avaliar a atividade financeira do Município no decurso do ano 2013.

Pretende-se de uma forma detalhada avaliar a evolução das principais rubricas da despesa e da receita, evidenciando os aspetos mais relevantes da gestão.

O Município gerou no exercício de 2013 receitas no montante de 13.996.936,88€, tendo realizado despesas no montante global de 12.812.707,68€.

Com a afetação do Saldo de Gerência transitado de 2012 no montante de 2.340.153,54€ a receita global ascendeu aos 16.337.090,42€.

Da relação destas variáveis apuramos um saldo para a gerência seguinte de 3.524.382,74€.

Após aprovação da conta de gerência de 2013, o saldo apurado irá permitir, através de uma revisão orçamental aumentar o orçamento municipal disponível de 2014.

COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

No **Quadro 1**, pretendemos apresentar de forma sucinta o valor global da receita e da despesa do ano, comparando o Orçamento inicial com o Orçamento final, apresentando os respetivos desvios. Apresentamos também nesta tabela, quer os valores absolutos quer percentuais da execução.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 1 - Orçamento Inicial, Final e Execução						
DESIGNAÇÃO	Orçamento 2013			Desvio		Taxa de Execução
	Inicial (1)	Final (2)	Execução (3)	(4) = (2)-(1)	(5) = (3)-(2)	(6)=(3)/(2)
RECEITAS						
Correntes	10.443.532,00	10.691.765,00	10.574.559,02	248.233,00	-117.205,98	99%
Capital	5.537.524,00	4.453.399,00	3.416.698,53	-1.084.125,00	-1.036.700,47	77%
Outras Receitas	0,00	2.340.154,54	2.345.832,87	2.340.154,54	5.678,33	100%
TOTAL	15.981.056,00	17.485.318,54	16.337.090,42	1.504.262,54	-1.148.228,12	93%
DESPESAS						
Correntes	9.214.114,00	10.212.974,09	8.963.139,51	998.860,09	-1.249.834,58	88%
Capital	6.766.942,00	7.272.344,45	3.849.568,17	505.402,45	-3.422.776,28	53%
TOTAL	15.981.056,00	17.485.318,54	12.812.707,68	1.504.262,54	-4.672.610,86	73%

O Orçamento final de 2013 apresenta uma dotação global de 17.485.318,54€, aproximadamente 9,00% acima das previsões iniciais, resultado essencialmente do impacto gerado pela introdução do saldo de gerência de 2012 na 1ª revisão ao orçamento, aprovada em simultâneo com a prestação de contas, e que ascendeu a 2.300.000,00€, já referido anteriormente.

O valor indicado em Outras Receitas, inclui para além do Saldo de Gerência de 2012, no montante de 2.340.153,54€, as reposições não abatidas nos pagamentos, no montante de 5.679,33€.

Comparando a execução da receita e da despesa relativamente aos valores previstos no orçamento final, obtém-se uma taxa de execução global de 93% do lado receita e 73% do lado despesa. Ao nível da receita de destacar a excelente execução quer ao da receita corrente (99%) quer a da receita de capital (77%).

Na despesa, de destacar uma execução menos conseguida na componente de capital. Para esta situação contribuíram por exemplo os atrasos verificados no início das obras de recuperação das habitações sociais, denominadas, Prédio da Rua 5 de Outubro e Casa Marciano Godinho, os atrasos da obra da Pista de Canoagem e Remo na Mina São Domingos, e ainda os atrasos verificados na execução de algumas empreitadas, como por exemplo, as obras de arruamentos em Corte Gafo Cima e Moreanes e o Caminho Moreanes / Guizo.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

A elaboração dos Documentos Previsionais assenta obrigatoriamente numa base de grande rigor pelo que o número de modificações orçamentais que são necessárias efetuar no decurso do ano económico, deverão ser devidamente fundamentadas e deverão resultar exclusivamente de fatores externos ou fatores que sejam de todo impossível prever aquando da elaboração dos documentos. Ao longo de 2013, foram efetuadas quinze alterações orçamentais e duas revisões.

A grande maioria das alterações foram elaboradas para proceder a reajustamentos ao nível das rubricas da despesa, ou seja, implicaram um reforço em rubricas de despesa compensado pela redução noutras rubricas da despesa.

O ajustamento mais significativo foi introduzido pela 1ª revisão ao orçamento aprovada em abril. Esta revisão ao orçamento, para além da introdução do saldo da gerência de 2012, bastante significativo, e que para além de ter permitido reforçar algumas rúbricas de despesa corrente que estavam subdotadas no orçamento inicial, permitiu ainda compensar os ajustamentos necessários do lado da componente de capital. Dos 2.300.000,00€ introduzidos como reforço da receita, cerca de 400.000,00€ foram canalizados para reforçar despesa corrente e os restantes 1.900.000,00€ para despesas de capital.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Através da análise da execução do orçamento da receita e da despesa podemos verificar o montante total quer da receita arrecadada quer da despesa efetivamente paga, bem como os respetivos desvios face ao inicialmente previsto.

Para além desta informação é interessante analisar também, o peso de cada rubrica no total do orçamento, bem como o seu comportamento anual e a evolução face ao ano anterior.

As disponibilidades financeiras do Município de Mértola na gerência de 2013, apuradas através da execução orçamental, foram as seguintes:

Saldo da Gerência de 2012	2.340.153,54€
Receita total cobrada na Gerência de 2013	13.996.936,88€
SOMA	16.337.090,42€
Despesa efetuada na Gerência de 2013	12.812.707,68€
Saldo para a Gerência seguinte (2013)	<u>3.524.382,74€</u>

De forma a proporcionar uma imagem mais precisa e rigorosa da execução do orçamento em 2013, será apresentada de seguida uma análise às rubricas mais relevantes da receita e da despesa.

Análise Global da Receita

As receitas totais no ano em apreciação ascenderam a 16.337.090,42€, sendo 65% de receitas correntes num total de 10.574.559,02€, e 21% de receitas de capital, no valor de 3.416.698,53€ e 14% de outras receitas, no valor de 2.345.832,87€, que inclui o saldo da gerência e as reposições não abatidas aos pagamentos.

Comparativamente com o ano anterior verifica-se um aumento de 15,12% na componente corrente e uma diminuição de 38,43% na componente de capital.

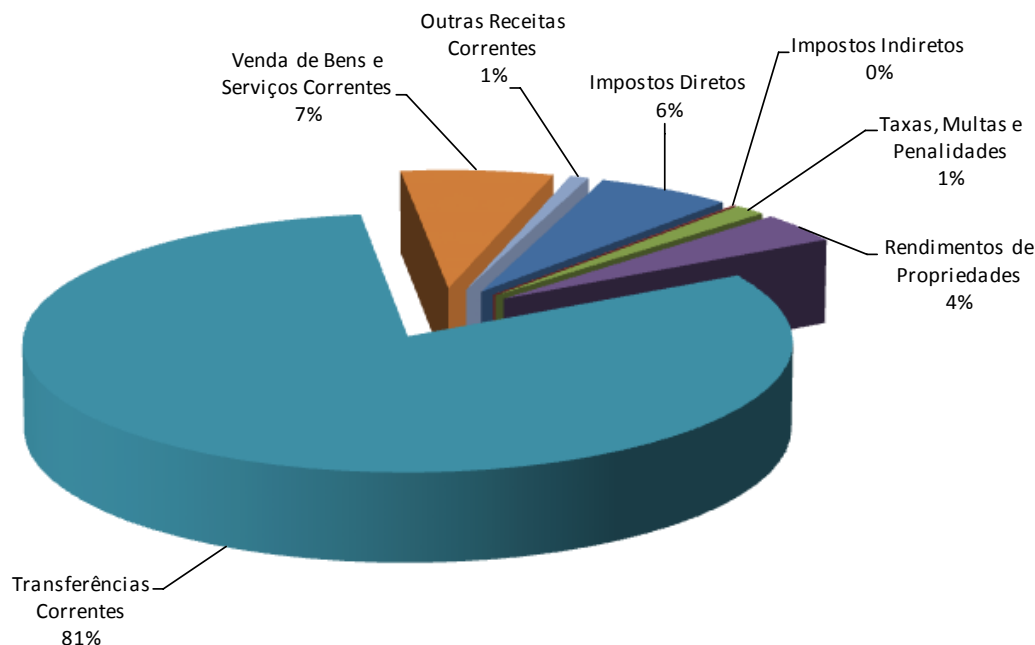
Receita Corrente

A receita corrente com uma execução de 99% serviu de base à gestão corrente da Autarquia permitindo o financiamento das despesas correntes.

Através da análise do **Quadro 2**, que apresentamos de seguida, é possível analisar quer a estrutura quer a execução da receita corrente da Autarquia.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 2 - Receita Corrente 2013						
RECEITAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Impostos Diretos	539.921,00	5%	641.010,81	6%	101.089,81	119%
Impostos Indiretos	8.210,00	0%	7.599,84	0%	-610,16	93%
Taxas, Multas e Penalidades	146.810,00	1%	150.636,28	1%	3.826,28	103%
Rendimentos de Propriedades	418.555,00	4%	408.157,15	4%	-10.397,85	98%
Transferências Correntes	8.741.562,00	82%	8.555.086,02	81%	-186.475,98	98%
Venda de Bens e Serviços Correntes	728.056,00	7%	723.117,02	7%	-4.938,98	99%
Outras Receitas Correntes	108.651,00	1%	88.951,90	1%	-19.699,10	82%
Total das Receitas Correntes	10.691.765,00	100%	10.574.559,02	100%	-117.205,98	99%

Da análise da estrutura da receita corrente verifica-se a forte dependência da Autarquia face às transferências correntes, o mesmo é dizer das transferências do Orçamento do Estado, os cerca de 81% que esta rubrica representa no total da receita corrente, é prova evidente dessa realidade, cabendo à receita própria da Autarquia, uma fatia muito pouco significativa.

Gráfico 1
Estrutura da Receita Corrente


Comparativamente com o ano anterior e conforme apresenta o **Quadro 3**, verifica-se um aumento das receitas correntes em cerca de 1.388.652,42€. Este aumento deve-se sobretudo à afetação de 80% do Fundo de Equilíbrio Financeiro, transferido diretamente do Orçamento de Estado, à componente de receita corrente, mas verifica-se também um ligeiro aumento na receita própria da autarquia, nomeadamente pela via dos impostos diretos.

Relatório de Execução Financeira			
Quadro 3 - Receita Corrente 2012/2013			
RECEITAS CORRENTES	Orçamento		Taxa de Variação
	2012	2013	
Impostos Diretos	495.005,08	641.010,81	29%
Impostos Indiretos	8.816,93	7.599,84	-14%
Taxas, Multas e Penalidades	167.627,14	150.636,28	-10%
Rendimentos de Propriedades	378.994,95	408.157,15	8%
Transferências Correntes	7.325.008,56	8.555.086,02	17%
Venda de Bens e Serviços Correntes	724.421,78	723.117,02	0%
Outras Receitas Correntes	86.032,16	88.951,90	3%
Total das Receitas Correntes:	9.185.906,60	10.574.559,02	15%

Receita de Capital

A receita de capital totalizou o montante de 3.416.698,53€, o que representa cerca de 21% da receita total da Autarquia. Esta componente da receita apresenta uma execução de cerca de 77% em relação ao previsto para 2013 – **Quadro 4**.

Relatório de Execução Financeira

Quadro 4 - Receita de Capital 2013

RECEITAS DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Venda de Bens de Investimento	27.003,00	1%	9.960,00	0%	-17.043,00	37%
Transferências de Capital	4.408.733,00	99%	3.389.246,70	99%	-1.019.486,30	77%
Ativos Financeiros	5.380,00	0%	5.208,00	0%	-172,00	97%
Passivos Financeiros	12.283,00	0%	12.283,83	0%	0,83	100%
Outras Receitas de Capital	1,00	0%	0,00	0%	-1,00	0%
Total das Receitas de Capital	4.453.400,00	100%	3.416.698,53	100%	-1.036.701,47	77%

Como se pode comprovar, a receita de capital é constituída em grande parte pelas transferências de capital, que representam 99% do total da receita de capital.

À semelhança do que se verifica do lado da receita corrente, também aqui a transferência do Orçamento de Estado, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, tem um grande peso, apesar de relativamente inferior, uma vez que são 1.974.391,00€ dos 3.389.246,70€, ou seja 58% enquanto nas transferências correntes esse peso é de 94%.

Comparativamente com o ano anterior regista-se uma diminuição da receita de capital em cerca de 38%, influenciada principalmente pela diminuição dos valores das transferências de capital, resultado da afetação de 80% do Fundo de Equilíbrio Financeiro à componente da receita corrente, explicado anteriormente. – **Quadro 5.**

Relatório de Execução Financeira

Quadro 5 - Receita de Capital 2012/2013

RECEITAS DE CAPITAL	Orçamento		Taxa de Variação
	2012	2013	
Venda de Bens de Investimento	39.131,02	9.960,00	-75%
Transferências de Capital	5.445.129,99	3.389.246,70	-38%
Ativos Financeiros	3.616,00	5.208,00	44%
Passivos Financeiros	61.419,17	12.283,83	-80%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0%
Total das Receitas de Capital	5.549.296,18	3.416.698,53	-38%

Análise Global da Despesa

O orçamento final de 2013 apresentou uma dotação global de despesa de 17.485.318,54€, sendo que 10.212.974,09€ respeita a despesa corrente, e 7.272.344,45€ a despesa de capital.

A dotação inicial da despesa foi de 15.981.056,00€, e com as várias modificações orçamentais introduzidas ao longo do ano, apresentou um aumento no total de 1.504.262,54€.

A taxa de execução das despesas correntes é de 88%, num total de 8.963.139,51€, enquanto a execução da despesa de capital se situou nos 53% com 3.849.568,17€.

Comparativamente com o ano anterior regista-se uma diminuição de cerca de 3% ao nível da execução da despesa corrente, que passou de 9.243.791,46€ para 8.963.139,51€ e uma diminuição de cerca de 42% ao nível da execução da despesa de capital, que passou de 6.602.281,00€ para 3.849.568,17€.

Despesa Corrente

Neste ponto será efetuada uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores executados, o que permitirá concluir acerca do nível de realização e apurar os respetivos desvios - **Quadro 6**.

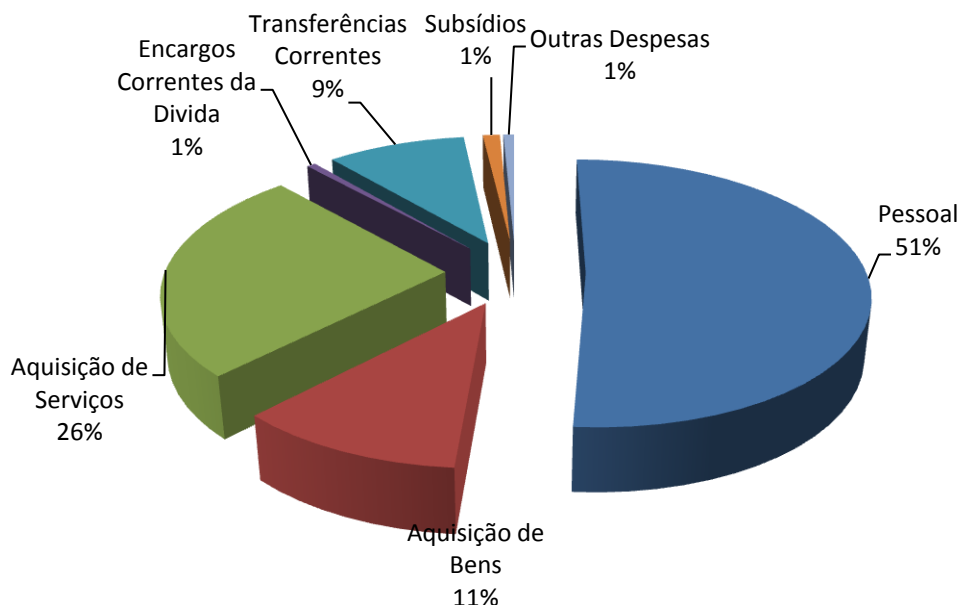
Relatório de Execução Financeira						
Quadro 6 - Despesa Corrente 2013						
DESPESAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Pessoal	4.664.671,45	46%	4.589.536,05	51%	-75.135,40	98%
Aquisição de Bens e Serviços	4.252.076,64	42%	3.312.512,85	37%	-939.563,79	78%
Aquisição de Bens	1.398.166,55	4%	994.700,70	1%	-403.465,85	71%
Aquisição de Serviços	2.853.910,09	28%	2.317.812,15	26%	-536.097,94	81%
Juros e outros encargos	61.680,00	1%	53.809,16	1%	-7.870,84	87%
Transferências Correntes	1.035.796,00	10%	838.907,40	9%	-196.888,60	81%
Subsídios	108.000,00	1%	103.329,44	1%	-4.670,56	96%
Outras Despesas	90.750,00	1%	65.044,61	1%	-25.705,39	72%
Total da Despesa Corrente	10.212.974,09	100%	8.963.139,51	100%	-1.249.834,58	88%

As despesas correntes pagas, que atingiram o montante de 8.963.139,51€, registam uma execução global de cerca de 88% e corresponde a cerca de 70% do total da despesa paga pela Autarquia em 2013.

Esta execução, abaixo do previsto, deverá ser interpretada como um dado positivo pois significa obrigatoriamente que cerca de 1.200.000,00€ de despesa corrente orçamentada, logo previsível, não se concretizou, o que se traduz de forma direta numa poupança.

A este nível ainda, de registar como positivo a execução abaixo do previsto de todas as rubricas que compõem o orçamento da despesa, o que se deve em grande medida à política de contenção de despesas implementada nos últimos anos na Autarquia, que continua a dar os seus frutos.

Gráfico 2- Estrutura da Despesa Corrente



A estrutura da despesa corrente assente essencialmente nas despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, estas duas componentes da despesa totalizam cerca de 88% do total da despesa corrente paga. Trata-se essencialmente de despesas fixas de funcionamento, sendo uma realidade muito difícil de alterar, dadas as características sócio económicas e demográficas do Concelho.

Relativamente à evolução da despesa corrente, comparativamente ao ano anterior, de referir uma diminuição global de 3%. À exceção das despesas com pessoal que registaram um ligeiro aumento em cerca de 5%, que se explica essencialmente pelo pagamento do subsídio de Férias e Natal, que se encontrava suspenso em 2012, de registar uma redução significativa nas rubricas de aquisição de bens, juros e encargos da dívida, transferência e subsídios. – **Quadro 7.**

Relatório de Execução Financeira			
Quadro 7 - Despesa Corrente 2012/2013			
DESPESAS CORRENTES	Orçamento		Taxa de Variação
	2012	2013	
Pessoal	4.360.775,43	4.589.536,05	5%
Aquisição de Bens e Serviços	3.476.881,45	3.312.512,85	-5%
Aquisição de Bens	1.148.184,84	994.700,70	-13%
Aquisição de Serviços	2.328.696,61	2.317.812,15	0%
Juros e outros encargos	144.688,73	53.809,16	-63%
Transferências Correntes	911.418,75	838.907,40	-8%
Subsídios	321.155,65	103.329,44	-68%
Outras Despesas	28.871,45	65.044,61	125%
Total das Receitas Correntes:	9.243.791,46	8.963.139,51	-3%

Despesa de Capital

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução – **Quadro 8**.

No ano 2013, foram pagas despesas de capital no montante de 3.849.568,17€, que representam cerca de 30% da despesa total da autarquia.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 8 - Despesa de Capital 2013						
DESPESA DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Aquisição de Bens de Capital	5.120.445,45	70%	2.191.795,66	57%	-2.928.649,79	43%
Transferências de Capital	1.040.249,00	14%	628.475,78	16%	-411.773,22	60%
Activos Financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Passivos Financeiros	911.650,00	13%	911.644,60	24%	-5,40	100%
Outras Despesas	200.000,00	3%	117.652,13	3%	-82.347,87	59%
Total das Despesas de Capital	7.272.344,45	100%	3.849.568,17	100%	-3.422.776,28	53%

A estrutura da despesa de capital é constituída na sua maioria pela Aquisição de Bens de Investimento, que representam 57% do total da despesa de capital e cerca de 17% do total da despesa do Município.

Comparativamente ao ano anterior verifica-se uma diminuição da despesa de capital em cerca de 42% fortemente influenciado pela rubrica dos passivos financeiros, mas também fruto de uma menor capacidade de investimento. - **Quadro 9**.

Relatório de Execução Financeira			
Quadro 9 - Despesa de Capital 2012 /2013			
DESPESAS DE CAPITAL	Orçamento		Taxa de Variação
	2012	2013	
Aquisição de Bens de Investimento	3.835.508,22	2.191.795,66	-43%
Transferências de Capital	513.245,20	628.475,78	22%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0%
Passivos Financeiros	2.253.527,58	911.644,60	-60%
Outras Despesas	0,00	117.652,13	0%
Total das Despesas de Capital	6.602.281,00	3.849.568,17	-42%

Em 2013, à semelhança do que se verificou nos últimos anos, continua a registar-se um decréscimo acentuado do valor pago através da rubrica Aquisição de Bens de Investimento. Tratando-se da rubrica que reflete o investimento direto da Autarquia, é sem dúvida um dado significativo e que carece de alguma reflexão. Ao nível dos passivos financeiros (amortização de empréstimos) houve também uma diminuição dos valores pagos, o que se deveu ao facto de não se ter efetuado qualquer amortização extraordinária de empréstimos em 2013. O valor pago neste rubrica, refere-se apenas ao pagamento das amortizações regulares dos empréstimos contratados.

INVESTIMENTO MUNICIPAL

Relatório de Execução Financeira

Quadro 10 - Investimento Municipal 2013

INVESTIMENTO DIRETO		Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
0102 07	Investimentos	5.120.445,45		2.191.795,66		-2.928.649,79	43%
0102 0701	Bens do Domínio Privado	1.616.208,00	31,6%	914.321,33	41,7%	-701.886,67	57%
0102 070101	Terrenos	10.000,00	0,6%	3.461,04	0,4%	-6.538,96	35%
0102 070102	Habitacões	238.000,00	14,7%	17.996,69	2,0%	-220.003,31	8%
0102 070103	Edifícios	681.508,00	42,2%	359.468,26	39,3%	-322.039,74	53%
0102 070104	Construções Diversas	78.500,00	4,9%	70.287,53	7,7%	-8.212,47	90%
0102 070106	Material de Transporte	109.350,00	6,8%	91.486,54	10,0%	-17.863,46	84%
0102 070107	Equipamento Informático	35.000,00	2,2%	24.372,79	2,7%	-10.627,21	70%
0102 070108	Software Informático	112.000,00	6,9%	83.979,09	9,2%	-28.020,91	75%
0102 070109	Equipamento Administrativo	5.000,00	0,3%	815,00	0,1%	-4.185,00	16%
0102 070110	Equipamento Básico	346.850,00	21,5%	262.454,39	28,7%	-84.395,61	76%
0102 070111	Ferramentas e utensílios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
0102 070112	Artigos e objetos de valor	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
0102 0703	Bens do Domínio Público	3.504.237,45	68,4%	1.277.474,33	58,3%	-2.226.763,12	36%
0102 070301	Terrenos e recursos naturais	49.339,00	1,4%	27.228,98	2,1%	-22.110,02	55%
0102 07030301	Viadutos, arruam.obras compl.	1.844.027,45	52,6%	430.476,99	33,7%	-1.413.550,46	23%
0102 07030302	Sist. dren. águas residuais	358.656,00	10,2%	246.031,24	19,3%	-112.624,76	69%
0102 07030303	Estações trat. de águas residuais	10.000,00	0,3%	2.032,87	0,2%	-7.967,13	20%
0102 07030305	Parques e jardins	185.650,00	5,3%	182.019,36	14,2%	-3.630,64	98%
0102 07030307	Captação e distribuição de água	251.641,00	7,2%	154.638,41	12,1%	-97.002,59	61%
0102 07030308	Viação rural	651.119,00	18,6%	136.976,14	10,7%	-514.142,86	21%
0102 07030309	Sinalização e trânsito	35.000,00	1,0%	27.274,13	2,1%	-7.725,87	78%
0102 07030310	Infraest. distrib. energia eléctrica	13.500,00	0,4%	799,15	0,1%	-12.700,85	6%
0102 07030312	Cemitérios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
0102 07030313	Outros	89.305,00	2,5%	69.997,06	5,5%	-19.307,94	78%

O Investimento Municipal previsto para o ano em apreciação, correspondia a 5.120.445,45€, sendo que 1.616.208,00€, cerca de 31,60% correspondia a Bens do Domínio Privado e 3.504.237,45€, cerca de 68,4%, a Bens do Domínio Público.

Através da análise do quadro anterior, é notória uma execução aquém da expectativa, os pagamentos realizados totalizaram cerca de 43% do estimado (2.191.795,66€). Sendo certo que, se analisarmos a despesa comprometida, essa execução sobe para os 70%, com um montante na ordem dos 3.600.000,00€. Este dado revela essencialmente algum atraso verificado na execução das obras.

O comportamento do investimento ao longo dos últimos anos é apresentado no quadro seguinte – **Quadro 11**.

Relatório de Execução Financeira					
Quadro 11 - Investimento Municipal Evolução					
	2009	2010	2011	2012	2013
Investimento	6.720.599,42	5.137.884,58	4.701.754,86	3.835.508,22	2.191.795,66

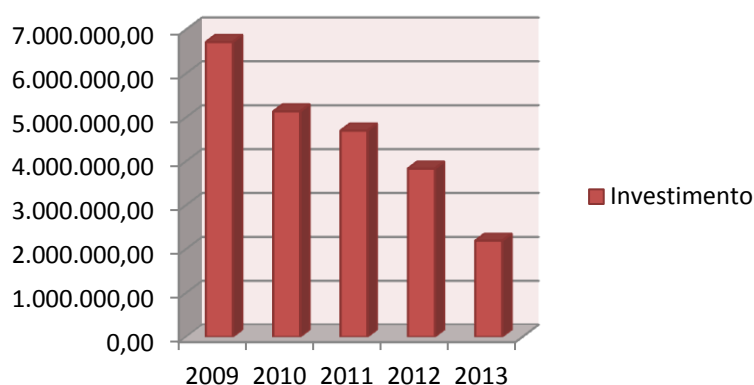
Pela análise do gráfico é possível identificar um decréscimo do investimento no último ano, tendência já verificada nos anos anteriores.

Nas Autarquias de dimensão inferior, como é o caso da nossa, o investimento municipal estará sempre associado à existência de fundos comunitários, a tendência aqui demonstrada não poderá ser dissociada dos próprios quadros comunitários, sendo que em 2013 estávamos na reta final de mais um quadro comunitário.

Associada a este fator podemos ainda destacar a grande indefinição relativamente às linhas de financiamento que iriam a abrir e respetivas tipologias, o que hipotecou de alguma forma a nossa execução, no decurso de 2012 com reflexos visíveis também em 2013.

Gráfico 2

Evolução do Investimento Municipal



A menor capacidade de investimento evidenciada nos últimos dois anos, terá sempre uma quota parte de responsabilidade, de origem interna, como é óbvio, mas tem sobretudo na sua origem algo que será comum à grande maioria das Autarquias, que será por um lado como foi anteriormente exemplificado, a existência de fundos comunitários e por outro lado a possibilidade/capacidade de endividamento, dois factores que nos últimos anos tem sido adversos.

SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Relatório de Execução Financeira				
Quadro 12 - Síntese da Situação Económica e Financeira da Câmara Municipal				
DESIGNAÇÃO	2012	2013	Variação	Var.%
Saldo Inicial de Tesouraria	3.434.195,40	2.340.153,54	-1.094.041,86	-31,86%
Receitas Correntes	9.185.906,60	10.574.559,02	1.388.652,42	15,12%
Despesas Correntes	9.243.791,46	8.963.139,51	-280.651,95	-3,04%
Saldo Corrente	-57.884,86	1.611.419,51		
Receitas de Capital	5.549.296,18	3.416.698,53	-2.132.597,65	-38%
Despesas de Capital	6.602.281,00	3.849.568,17	-2.752.712,83	-42%
Saldo de Capital	-1.052.984,82	-432.869,64		
Receitas Totais	14.735.202,78	13.991.257,55	-743.945,23	-5%
Despesas Totais	15.846.072,46	12.812.707,68	-3.033.364,78	-19%
Saldo de Exercício	-1.094.041,86	1.184.229,20		
Saldo de Tesouraria	2.340.153,54	3.524.382,74	1.184.229,20	51%
Dívidas a Fornecedores C/c	333.669,69	546.119,53	212.449,84	64%
Dívidas de Clientes	21.249,77	27.577,65	6.327,88	30%
Disponibilidades de Curto Prazo	2.027.733,62	3.005.840,86	978.107,24	48%

A informação refletida no quadro anterior permite-nos retirar as seguintes conclusões:

- **O Saldo da Atividade Corrente** – o saldo positivo de 1.611.419,51€, garante em primeiro lugar o cumprimento do princípio do equilíbrio financeiro e permite uma poupança corrente que é utilizada para despesas de investimento, daí o facto das despesas de capital serem superiores às receitas de capital
- **O Saldo do Exercício** – O valor positivo alcançado, reflete a tendência dos últimos anos, e permite desta forma manter a capacidade de investimento já demonstrada.
- **O Saldo de Tesouraria** à semelhança do ano anterior, apresenta um valor bastante considerável, o que dá grandes garantias e simultaneamente permitirá em 2014 manter a mesma capacidade para fazer face ao pagamento dos compromissos assumidos.

No final do ano de 2013, a Autarquia apresentava um valor de Dívidas incluindo Fornecedores C/c e Fornecedores de Imobilizado 546.119,53€, um valor relativamente superior ao apresentado no final do ano anterior, mas sem comprometer de forma alguma as disponibilidades de curto prazo da autarquia, que ainda assim aumentam relativamente a 2012

DÍVIDA

Analisando a dívida total a terceiros em 31/12/2013, a mesma totalizava 5.552.286,18€, sendo que 546.119,53€ respeita a dívida de curto prazo e 5.006.166,65€ a dívida de médio e longo prazo.

A dívida total apresenta assim uma diminuição de cerca de 11% relativamente ao ano anterior
– **Quadro 13.**

Relatório de Execução Financeira				
Quadro 13 - Evolução das Dívidas a Terceiros				
	Dívida em 31/12/2010	Dívida em 31/12/2011	Dívida em 31/12/2012	Dívida em 31/12/2013
Dividas de médio e longo prazo	8.196.977,97	8.080.138,68	5.905.527,42	5.006.166,65
Dividas de curto prazo	661.337,10	835.287,86	333.669,69	546.119,53
TOTAL	8.858.315,07	8.915.426,54	6.239.197,11	5.552.286,18

Dívida de Curto Prazo

A Autarquia apresentava em 31 de dezembro de 2013, uma dívida a terceiros de 546.119,53€, que não foi paga, por se tratar na sua maioria de faturação de dezembro, que só chegou em 2014, quando o ano 2013 já se encontrava encerrado ao nível da tesouraria.

Dívida de Médio e longo Prazo

A dívida de médio e longo prazo, constituída por dívida de empréstimos no montante de 5.006.166,65€, corresponde ao valor mais baixo dos quatro anos em análise. No ano 2013 foram efetuadas amortizações regulares no valor de 911.644,60€.

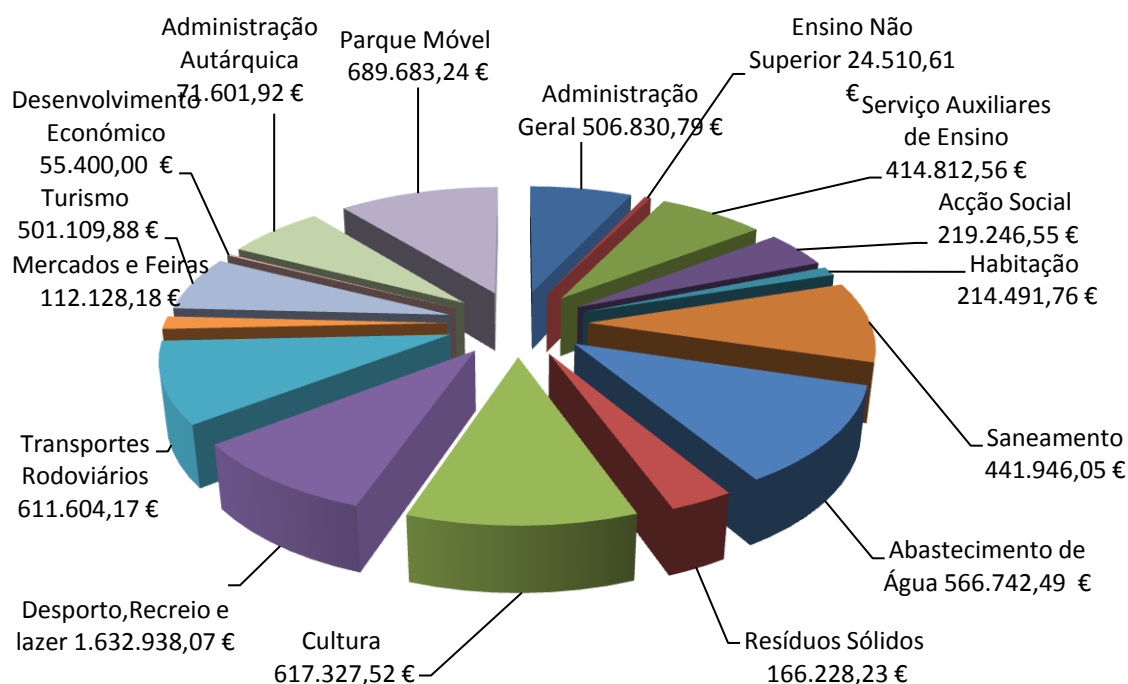
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Da análise do quadro seguinte é possível concluir que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e as Grandes Opções do Plano, em 2013 foi de 58%, num total de 5.470.517,97€, inferior a 2012 – **Quadro 14**.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 14 - Execução das Grandes Opções do Plano						
Sector de Actividade	Orçamento 2012		Orçamento 2013			Distr. Invest.
	Executado	%	Final	Executado	%	
	(1)		(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	
Administração Geral	506.830,79	7%	491.459,00	362.828,62	74%	7%
Proteção Civil e Luta contra incêndios	219.213,08	3%	257.589,00	144.232,91	56%	3%
Ensino Não Superior	24.510,61	0%	30.000,00	23.646,23	79%	0%
Serviço Auxiliares de Ensino	414.812,56	6%	429.000,00	378.586,05	88%	7%
Ação Social	219.246,55	3%	285.504,00	231.794,36	81%	4%
Habituação	214.491,76	3%	303.000,00	56.830,59	19%	1%
Ordenamento do Território	35.977,50	1%	92.695,00	7.318,50	8%	0%
Saneamento	441.946,05	6%	661.442,00	507.078,22	77%	9%
Abastecimento de Água	566.742,49	8%	866.659,00	613.702,68	71%	11%
Resíduos Sólidos	166.228,23	2%	190.600,00	160.368,29	84%	3%
Proteção do Meio Ambiente e Conserv.	18.014,36	0%	77.500,00	10.371,37	13%	0%
Cultura	617.327,52	9%	847.837,86	569.588,95	67%	10%
Desporto e Tempos Livres	1.632.938,07	23%	772.880,00	489.671,03	63%	9%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	4.006,31	0%	5.000,00	0,00	0%	0%
Indústria e Energia	19.085,15	0%	66.000,00	51.869,67	79%	1%
Transportes Rodoviários	611.604,17	9%	2.265.146,45	510.145,02	23%	9%
Mercados e Feiras	112.128,18	2%	99.704,40	81.258,36	81%	1%
Turismo	501.109,88	7%	567.188,33	346.298,19	61%	6%
Desenvolvimento Económico	55.400,00	1%	10.500,00	10.300,00	98%	0%
Administração Autárquica	71.601,92	1%	425.200,00	345.923,94	81%	6%
Parque Móvel	689.683,24	10%	679.500,00	568.704,99	84%	10%
TOTAL	7.142.898,42		9.424.405,04	5.470.517,97	58%	100%

Os valores apresentados, na coluna (1) e (3), dizem respeito a despesa efetivamente paga.

Da leitura do quadro anterior, é possível identificar as principais áreas de investimento em 2013, sendo que o sector do Abastecimento de água, com 11% do total do investimento, o que ascende os 600.000,00€, Cultura e Parque Móvel, na ordem dos 10% cada, ascendendo 1.100.000,00€ e Saneamento, Desporto e Tempos livres e Transportes Rodoviários transportes rodoviários, na ordem dos 9% cada, ascendendo a 1.500.000,00€.



De seguida apresentamos um resumo das principais intervenções, quer sejam obras por administração direta, por empreitada, ou actividades e acções, que contribuíram para o valor global da despesa, por setor de atividade:

Ao nível do **Sector de Administração Geral**, o valor total executado foi de 362.828,62€. Para este valor contribuíram, entre outros, os seguintes investimentos:

- Aquisição de Equipamento Básico, Administrativo e de Comunicações, Equipamentos Informáticos e Software diverso, necessários à contínua modernização dos serviços. Foram adquiridos computadores para os diversos serviços, para além das licenças anuais das várias aplicações.
- Seguros de pessoal, de bens e edifícios.

Ao nível do **Sector Segurança e Ordem Pública**, o valor total executado foi de 144.232,91€. Para este valor contribuíram, entre outros, os apoios aos Bombeiros Voluntários de Mértola, quer para financiamento do Gabinete da Proteção Civil, quer para investimentos.

Destacar também o investimento feito na manutenção e limpeza do perímetro florestal e no plano de gestão adaptativa das invasoras lenhosas.

Ao nível do Setor **Ensino não Superior**, o valor total executado foi de 23.646,23€. Para o ano em análise, destacamos as seguintes intervenções de maior relevância:

- Protocolo de transferências para as Juntas de Freguesia, para manutenção dos Edifícios dos Centros Escolares.
- Execução do projeto do edifício da EB1/JI da Mina de São Domingos.

Este Setor de atividade, **Serviços Auxiliares de Ensino**, apresenta um valor total executado de 378.586,05€. Para este valor, concorreram um conjunto de despesas regulares, nomeadamente:

- Aquisição de vinhetas à Rodoviária para transporte de alunos.
- Auxílios Económicos - incluem refeições, subsídios escolares e Bolsa de Estudo Serrão Martins.
- Apoio ao Agrupamento de Escolas de Mértola.
- Protocolo com Santa Casa da Misericórdia para prestação de serviços de apoio à Educação.
- Aquisição de manuais escolares.

O Setor da **Ação Social**. No ano em análise o valor afeto a este setor ascendeu a 231.794,36€. Para este setor de atividade para além dos apoios regulares às Instituições sociais de solidariedade social, contribuem os apoios sociais quer no âmbito do cartão social quer através do programa de incentivos aos nascimentos.

- No ano 2013 foram atribuídos os seguintes apoios, no âmbito do Programa de apoio às IPSS do Concelho, por entidade:
 - Santa Casa da Misericórdia de Mértola – 6.205,00€
 - Núcleo de Voluntariado de Mértola – 3.000,00€
 - Centro de Apoio a Idosos de Moreanes – 5.215,00€
 - Centro Social dos Montes Altos – 2.990,00€
 - Casa do Povo de Santana de Cambas – 2.510,00€

- Moura Saluquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura – 1.056,00€
- No âmbito das Comparticipações do Cartão Social durante o ano 2013 foram efetuados os seguintes processamentos, num total de 58.130,59€:
 - novembro a dezembro de 2012 – 8.210,23€
 - janeiro a fevereiro de 2013 – 9.949,18€
 - março a abril de 2013 – 9.322,42
 - maio a junho de 2013 – 9.405,37€
 - julho a agosto de 2013 – 8.277,78€
 - setembro a outubro de 2013 – 12.965,61€
- No âmbito do Programa de Animação Social, no ano em apreciação, podemos destacar as seguintes atividades: Passeio de Barco, Passeios de Verão, 17º Encontro de Reformados, Pensionista e Idosos do Concelho.
- No âmbito do Programa de Incentivo aos Nascimentos, apoio ao segundo filho e apoio à população portadora de deficiência, foram pagos 11.646,96 €.

O **Setor da Habitação** tem merecido ao longo dos últimos anos uma especial atenção. O investimento neste setor de atividade traduz-se por um lado na recuperação do parque habitacional propriedade do Município e no desenvolvimento de novos loteamentos para construção. O valor total executado no ano foi de 56.830,59€, de onde se destaca:

- Conservação e beneficiações de diversos edifícios municipais de arrendamento social, que culminaram com a entrega de 4 novos fogos.
- Neste sector de atividade insere-se também os apoios habitacionais concedidos a particulares para a recuperação das suas habitações ou para construção de instalações sanitárias. No ano em curso este apoio totalizou 38.833,90€.

Ao nível do Setor de Atividade **Saneamento Básico**, o valor total investido foi de 507.078,22€. Este setor de atividade tem sido nos últimos anos um setor prioritário de investimento. Para este ano em concreto, destacamos os seguintes investimentos:

- Obra de Vale de Açor de Cima

- Manutenção e controlo das ETAR's de diversas povoações

Abastecimento de Água, outro dos setores de atividade que tem tido nos últimos anos um investimento sempre considerável. Em 2013, esse investimento totalizou 613.702,68€.

- Obra de Vale de Açor de Cima
- Manutenção e controlo dos sistemas de abastecimento de água
- Realização de análises para controlo de qualidade da água
- Aquisição de água à empresa Águas Públicas do Alentejo

O investimento na área da **Cultura** no ano 2013 ascendeu aos 569.588,95€.

Para esta execução contribuíram essencialmente as obras de requalificação do interior do Castelo, a realização de mais uma edição do Festival Islâmico, e ainda os apoios concedidos às Associações e Coletividades através do programa regular de apoio. No ano em análise foram distribuídos os seguintes apoios, por tipo de programa de apoio:

- Apoio para Atividades Regulares – 35.600,00€
- Apoio para Recuperação de Imóveis – 3.099,60€
- Apoio para Aquisição de Equipamentos – 8.462,75

De destacar também o forte investimento na dinamização da agenda cultural. Assim, para este ano em concreto realizaram-se as seguintes atividades: Programação Regular de Cinema, Feira do Livro, Arte Non Stop, Dia da Criança, Programação da Casa de Artes Mário Elias, MertolArte, Comemorações do 25 de Abril, Dia da Mulher, Viagem para Jovens, Semana "Lembrar Serrão Martins", Comemorações de São Martinho, Festa de Natal, a Cultura Itinerante, Projeto Oralidades, o Festival da Juventude.

O Programa de Animação Sócio - Cultural, levado a cabo pela Autarquia tem tido ao longo dos anos um contributo importantíssimo no desenvolvimento e na projeção do nosso Concelho. Os responsáveis desta área têm tido sempre a preocupação de inovar, e de introduzir anualmente novidades dentro da programação anual, que já por si só é bastante diversificada, o que tem contribuído para o sucesso e crescimento das várias atividades.

Desporto, Recreio e Lazer, para o valor investido neste setor de atividade, contribuíram em muito os apoios concedidos aos vários clubes do Concelho. O valor total executado foi 489.671,03€.

O apoio às Associações e Clubes Desportivos do Concelho, atribuído através do programa de apoios regulares para os clubes desportivos, contribui decisivamente para o sucesso da atividade desportiva destas coletividades.

Em 2013, foram atribuídos os seguintes apoios, por programa:

- Apoio para Aquisição de Equipamentos – 794,03€
- Atividade Regular – 118.565,60€
- Apoio específico para Atividades – 12.300,00€

Neste sector de referir ainda a conclusão das obras do Parque Desportivo e de Lazer em Mértola e as intervenções efetuadas na recuperação do anfiteatro da praia fluvial na Mina de São Domingos e as obras de requalificação do Campo de jogos da Mina de São Domingos.

No Setor dos **Transportes Rodoviários**, o valor total executado foi de 510.145,02€. Deveu-se nomeadamente às várias obras de arruamentos em diversas povoações do Concelho, mas também às reparações efetuadas em centenas de Kms em estradas de terra batida ao longo deste ano.

Destacamos as seguintes intervenções:

- Arruamentos de Vale de Açor de Cima e Corte Gafo Cima;
- Grandes reparações e beneficiações de diversas estradas e caminhos do concelho;
- Pavimentação do ramal de acesso ao Monte Fernandes.

Neste setor de atividade **Mercados e Feiras**, o valor total executado foi de 81.258,36€. De destacar os melhoramentos no espaço de Feiras em Mértola com a construção do parque de estacionamento e beneficiação da zona exterior da tenda. Ao nível das atividades regulares, de salientar a realização de mais uma edição da Feira do Mel Queijo e Pão, a 14ª.

Nesta rubrica, **Turismo**, o valor total investido foi de 346.298,19€. Destacam-se a realização das atividades regulares, entre elas:

- 11ª Edição do Festival do Peixe do Rio
- Festas da Vila
- Mértola Radical

- Participação na Ovibeja
- 4ª Edição da Feira da Caça

Neste setor de atividade insere-se também os apoios concedidos à Empresa Municipal de Turismo, através do contrato programa celebrado anualmente para a concretização de ações/atividades no âmbito da promoção turística do Concelho. Em 2013 o valor do apoio foi de 20.000,00 €.

O setor de atividade **Administração Autárquica** contempla todos os apoios e transferências para as Juntas de Freguesia. No ano de 2013 o valor transferido totalizou, 388.666,48€.

No ano 2013, para além das transferências habituais resultado dos protocolos de delegação de competências em vigor, foram celebrados protocolos de investimento específicos para a reparação de arruamentos em diversas povoações, que totalizaram aproximadamente 330.000,00€.

O quadro em baixo resume os valores transferidos por freguesia, e por tipo de protocolo:

Quadro 15 - Fluxo Financeiro 2013								
Juntas de Freguesia	Escolas	Ramais Saneamento	Ramais Água	Limpeza de Fossas	Cobrança Água	Materiais	Outras p/ Investimentos	Total
Alcaria Ruiva	2.244,00	65,25	73,55	1.616,87	2.368,96	0,00	0,00	6.368,63
Corte Pinto	2.991,96	239,99	75,55	35,00	4.341,04	963,85	14.489,26	23.136,65
Espirito Santo	0,00	0,00	103,32	1.699,50	494,76	2.014,20	91.904,41	96.216,19
Mértola	5.984,88	300,13	194,49	2.351,05	0,00	781,48	66.004,33	75.616,36
São João dos Caldeireiros	1.495,92	21,75	7,05	1.124,42	2.133,68	1.531,58	49.418,62	55.733,02
União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e de S. Pedro de Sólis	1.495,92	21,75	10,61	3.445,31	3.413,00	4.024,31	68.821,56	81.232,46
Santana da Cambas	2.244,00	120,00	222,16	2.736,80	1.338,10	3.518,89	40.183,22	50.363,17
TOTAL	16.456,68	768,87	686,73	13.008,95	14.089,54	12.834,31	330.821,40	388.666,48

A renovação do **Parque Móvel** tem sido uma necessidade permanente ao longo dos últimos anos. No ano 2013, foram investidos no total 568.704,99€.

Para este valor contribuíram as seguintes aquisições:

- 2 Veículos ligeiros de mercadorias
- 1 trator de rastros

Para além do valor despendido em grandes reparações com algumas viaturas e máquinas bem como o valor para aquisição de combustíveis no total de 416.557,33€.

FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS

A informação que de seguida apresentamos, respeita às Operações / Projetos candidatados a fundos comunitários apresentados, aprovados ou que tiveram execução no decurso do quadro comunitário 2007/2013.

Programa Comunitário	Acumulado até 31/12/2013					Valores de 2013		
	Investimento Candidatado	Investimento Aprovado	Investimento Elegível	Financiamento Aprovado	Pedidos de Pagamento Apresentados	Financiamentos Recebidos acumulados	Pedidos de pagamento apresentados	financiamentos recebidos
INALETEJO	8.748.327,91	7.345.838,61	7.345.838,61	6.074.730,72	6.316.438,41	4.826.452,74	414.801,53	479.147,78
POCTEP	1.096.358,88	1.096.358,88	1.096.358,88	822.269,16	539.186,34	372.454,66	255.536,94	208.814,11
PRODER	1.284.663,99	1.087.087,00	1.087.087,00	759.424,99	870.465,85	579.222,73	157.324,91	87.977,71
POPH	282.711,64	244.122,76	244.122,76	172.775,10	207.571,20	145.397,09	13.548,98	4.973,82
POVT	5.959.690,34	4.458.752,88	4.458.752,88	3.789.939,95	3.706.233,30	3.150.298,30	101.267,70	178.956,96
PROGRAMA CULTURAL 2007-2013	237.462,96	237.462,96	237.462,96	118.731,48	187.047,93	85.370,27	55.470,42	-
CONTRATO PROGRAMA DGLB	466.930,00	466.930,00	466.930,00	233.465,00	82.256,65	48.961,00	-	-
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	58.485,46	58.485,46	58.485,46	58.485,46	54.734,48	53.416,35	-	8.245,02
EQ-QREN	73.703,00	73.703,00	73.703,00	73.703,00	73.703,00	73.703,00	-	12.283,83
COMPETE	389.701,31	0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.598.035,49	15.068.741,55	15.068.741,55	12.103.524,86	12.037.637,16	9.335.276,14	997.950,48	980.399,23

Da análise do quadro, podemos destacar o montante total de financiamento aprovado, na ordem dos 12.000.000,00€ ao longo do quadro comunitário, o que permitiu a realização de importantes investimentos.

É possível também comprovar a menor atividade em 2013, fruto exatamente do que aferimos anteriormente.

ALGUNS INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

Indicadores de Gestão Orçamental

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que transmitem uma visão global da situação das finanças devido ao facto da sua estruturação se basear em agregados patrimoniais diversificados. Devido às especificidades de cada município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permite, em termos de comparabilidade, a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

Grau de cobertura global das receitas e das despesas

Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais			
2010	2011	2012	2013
104%	121%	115%	128%

Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza			
2010	2011	2012	2013
94%	97%	99%	118%

Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza			
2010	2011	2012	2013
110%	146%	84%	89%

Mede o grau de cobertura da despesa total pelas transferências recebidas			
2010	2011	2012	2013
87%	96%	81%	93%

Os quatro rácios acima apresentados, permitem por um lado comprovar a evolução positiva já verificada nos anos anteriores relativamente à capacidade crescente da Autarquia gerar receita corrente para cobrir despesa corrente, fruto por um lado da diminuição da despesa mas também da afetação de uma maior fatia dos fundos do orçamento de estado à componente corrente.

É também possível, através do último rácio, confirmar o grau de dependência do orçamento municipal face às transferências, quer sejam do orçamento de estado quer sejam de fundos comunitários.

Rácios de estrutura da receita

Mede o peso das receitas próprias do município no total de receitas arrecadadas			
2010	2011	2012	2013
17%	21%	13%	15%

Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total			
2010	2011	2012	2013
3%	3%	3%	5%

Mede o peso das transferências recebidas na receita total da autarquia			
2010	2011	2012	2013
83%	79%	87%	85%

No que respeita aos rácios apresentados neste capítulo, de destacar um ligeiro aumento do peso das receitas próprias, no total das receitas da Autarquia, em relação a 2012. Em 2013 as receitas próprias correspondem a 15% da receita total enquanto em 2012 correspondiam a 13%. Verifica-se também, através do último rácio, que o peso das transferências recebidas em relação à receita total ronda os 85%.

Rácios da estrutura da despesa

Mede o peso da despesa de capital na despesa total			
2010	2011	2012	2013
40%	40%	42%	30%

Mede o peso do investimento direto na despesa total			
2010	2011	2012	2013
33%	29%	24%	17%

Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total			
2010	2011	2012	2013
33%	30%	28%	36%

Ao nível da estrutura da despesa, em comparação com os anos anteriores, verifica-se uma diminuição ao nível do peso do investimento direto na despesa total, tal como uma diminuição do peso da despesa de capital na despesa total.

Indicadores de Gestão Patrimonial

Não existindo indicadores específicos de análise económico-financeiros das performances das autarquias, considerou-se a utilização dos modelos aplicados à atividade empresarial. Devido às especificidades de atividade, objetivos, contextualização e informação é importante ter a noção que alguns dos indicadores apresentados não podem ter a mesma leitura para um município que terão para o mundo empresarial.

Rácios de liquidez

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%, indica nesse caso que não se aproximam situações de dificuldade ao nível da tesouraria, existindo assim um equilíbrio entre o grau de liquidez e o grau de exigibilidade das origens.

Liquidez Geral

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por ativo circulante			
2010	2011	2012	2013
202%	461%	876%	759%

Liquidez Imediata

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades			
2010	2011	2012	2013
108%	419%	718%	659%

Qualquer um dos indicadores apresentados neste capítulo, comprovam as disponibilidades financeiras da autarquia, e a sua capacidade para cumprir os compromissos assumidos.

Rácios de alavanca financeira

Endividamento

Apura a extensão com que a autarquia utiliza o capital alheio no financiamento das suas atividades			
2010	2011	2012	2013
38%	40%	37%	36%

Estrutura de Endividamento

Mede o grau de peso das dívidas de curto prazo			
2010	2011	2012	2013
8%	10%	6%	11%

Grau de Dependência dos Empréstimos a Curto, Médio e Longo Prazo

Mede o grau de dependência do ativo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pela autarquia			
2010	2011	2012	2013
13%	12%	9%	7%

Os rácios de alavanca financeira são utilizados para análise de crédito, identificando por isso as dívidas que a autarquia contraiu e as implicações que as mesmas têm na exploração.

A utilização deste rácio permite-nos aferir o grau em que a autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade. Com o valor encontrado concluímos que 36% da atividade municipal é financiada por capitais alheios.

Rácios de solvabilidade e de autonomia financeira

Autonomia Financeira

Mede a autonomia financeira da autarquia e a sua dependência nessa mesma proporção			
2010	2011	2012	2013
62%	60%	63%	64%

Solvabilidade

Mede a relação entre o capital próprio e o capital alheio			
2010	2011	2012	2013
163%	147%	172%	177%

Estes rácios traduzem a posição de dependência da Autarquia face aos seus credores.

Em qualquer um dos indicadores é notória uma evolução favorável. Significa que a atividade da autarquia é cada vez mais independente de capitais alheios.

Face ao elevado valor do indicador de solvabilidade apurado, é revelada uma grande independência da autarquia face às responsabilidades assumidas e um risco mais reduzido para os seus credores.

Estes indicadores permitem-nos concluir que a autonomia financeira da autarquia é confortável face à dependência de terceiros, o que significa que a atividade camarária é financiada em 64% pelos seus Fundos Próprios.

Outros Indicadores

Prazo Médio de Pagamento

Prazo Médio de Pagamento			
2010	2011	2012	2013
44	26	13	26

O cálculo deste indicador foi feito aplicando a fórmula publicada no Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no DR nº 71, 2ª Série Parte C.

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

O endividamento autárquico, encontra-se definido no título IV, artigo 35º e seguintes, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com as várias alterações entretanto introduzidas.

Para o ano 2013, a Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro (Lei do orçamento de estado para 2013) no seu artigo 98.º, definia que o valor do endividamento líquido municipal para 2013, não poderia exceder o menor dos seguintes limites: o que resultasse do endividamento líquido do ano anterior ou o que resultasse do cálculo conforme estipulado na lei n.º 2/2007, lei das finanças locais. Para o Município de Mértola o valor menor, logo o que serviu como referencia para 2013, foi o que resultou do endividamento líquido de 2012.

Para o endividamento de médio e longo prazo, apesar de se considerar como limite o valor calculado nos termos do artigo 39º da Lei das Finanças Locais, o artigo 98º da LOE para 2013, limitava a contratação de novos empréstimos ao valor resultante do rateio divulgado pela DGAL.

Quadro 16 – Estrutura do Endividamento

1. Limite Legal Ao Endividamento de Curto Prazo (*)	0,00€
2. Limite Legal Ao Endividamento de Médio/Longo Prazo(*)	10.468.125,00€
3. Limite Legal Ao Endividamento Líquido Total (*)	4.574.804,00€
4. Endividamento Líquido Médio e Longo Prazo	4.539.866,05€
5. Endividamento Líquido Total	321.817,10€

(*) Artigo 98º da LOE para 2013 - Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Quadro 17 – Endividamento Líquido

1. Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	546.119,53€
221 Fornecedores, C/c	254.766,15€
217 Clientes e utentes c/ cauções	1.554,38€
2611 Fornecedores de Imobilizado, C/c	214.830,88€

24 Estado e outros Entes Públicos	65.246,60€
262+263+264+267+268 Outros Credores	9.721,52€
2. Dívidas de Terceiros (Curto Prazo)	144.446,44€
212 Contribuinte C/c	2.668,49€
213 Utentes C/c	24.909,16€
24 Estado	68.224,82€
268 Outros	27.381,72€
28 Empréstimos Concedidos	21.262,25€
3. Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazos)	5.006.166,65€
23121 Empréstimos Bancários	5.006.166,65€
4. Relevante para Endividamento	4.463.949,05€
5. Excecionado do Endividamento	542.217,60€

Da análise do endividamento líquido, podemos concluir que o Município cumpriu todas as disposições legais, ficando abaixo de todos os limites estabelecidos, ficando inclusive ainda com alguma margem como se pode comprovar pelos valores apresentados.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a linha d) do ponto 13 do Decreto-lei n.º 54 – A /99, de 22 de fevereiro, propõe-se que o Resultados Líquidos do exercício, no valor de 851.768,47€, seja incorporado na conta 59 – Resultados Transitados e posteriormente constituída Reserva Legal de acordo com o ponto 2.7.3.4 e 5 do Decreto-lei n.º 54 – A /99 de 22 de fevereiro.

Conta 571 – Reservas Legais (10%) – 85.176,85€ -